

CAPÍTULO VII

Os patriotismos europeus no Extremo-Oriente: convergências e divergências na Companhia de Jesusⁱ

Maria de Deus Beites Manso

NICPRI/Universidade de Évora

Lúcio de Sousa

NICPRI/Universidade de Évora

(FCT, Post-Doctoral Fellow)

A chegada dos europeus a outros continentes não só facultou um aumento de trocas comerciais e a fixação de instituições que ajudaram o sistema de colonização/evangelização, mas em simultâneo, impeliu a circunstâncias de grande instabilidade e até de violência física e cultural. As divergências não partiram, apenas, da relação com as populações locais. Em algumas regiões, sobretudo, onde a presença militar portuguesa tinha menor impacto, os diferentes agentes europeus competiam pelas redes comerciais, lideranças políticas, alianças e cristandades. No que concerne às Ordens Religiosas o modo não foi mais pacífico. Estas lutavam pela sobrevivência, disputavam a tutela de cristandades, espaços de missão e, por vezes, nem sequer estavam de acordo com os métodos catequéticos que alguns missionários usavam, mesmo pertencendo à mesma Ordemⁱⁱ.

O Oriente foi o espaço, onde a rivalidade entre as Ordens se tornou mais marcada, particularmente entre os padres da Companhia de Jesus de origem portuguesa, castelhana e italiana e entre estes e os franciscanosⁱⁱⁱ. Por razões históricas poderíamos pensar que a maior conflitualidade nascia entre os membros portugueses e espanhóis, particularmente durante o período da união ibérica. De facto, Alexandro Valignano, em 1595, dá conhecimento ao Geral Acquaviva da desunião que existia entre este grupo de inicianos na Província da Índia e entendia a questão como uma consequência de uma relação histórica, agravada com a subida ao trono de Filipe II de Espanha (Filipe I, em Portugal) (Rego, 1958: 581; ARSI Jap-Sin 12-II, Valignano, 1595: 309-310; Kōichirō, 1981: 132-141). Nesta missiva Valignano critica particularmente Francisco Cabral^{iv},

afirmando tê-lo ouvido pessoalmente praguejar contra os seus colegas espanhóis na presença dos seculares, situação essa que ia contra o exemplo que os jesuítas da Companhia de Jesus deveriam dar. No dia seguinte, a 19 de Novembro de 1595, Valignano critica a atitude dos seus colegas portugueses que não tendiam a trabalhar em entendimento com os espanhóis o que, além de acentuar as rivalidades, provocava um suposto mal-estar dentro da Ordem (ARSI Jap-Sin 12-II, Valignano, 1595: 311-313v; Kōichirō, 1981: 142-162). Já, a 15 de Novembro de 1593, Alessandro Valignano tinha assinalado que o principal ponto de divergência era o sentimento nacionalista dos portugueses, os quais não toleravam estar sob a soberania da Coroa Filipina (ARSI Jap-Sin 12-I, Valignano, 1593: 126-128v; Kōichirō, 1981: 99-120):

“entre los portugueses y castellanos hubo siempre mucha emulati6n y discention, por ser naciones confines y que tuvieron muchas guerras entre sí, y aunque agora están todos debajo de un mismo rey, todavía no sólo no cesó esta desuni6n, mas antes se acrecentó mucho, porque los portugueses con estar debajo de la corona de Castilla y quedar sin rey proprio y natural, naturalmente quedan muy sentidos, y hasta nuestro Señor lo remediar no podrá ser otra cosa (ARSI Jap-Sin 12-I, Valignano, 1593: 126; Kōichirō, 1981: 99-120; MJAT, 1978, Vol. I, n.º 24: 21)”.

Decerto, a nova ordem política poderia colocar em causa o direito de Padroado concedido aos monarcas lusos e ser “usurpado” pela Espanha. Portanto, um direito que tradicionalmente foi luso, poderia deixar de o ser e a missão messiânica que Portugal sempre expressou poderia ser usurpada. Habitualmente eram inácianos lusos que partiam em maioria para as regiões orientais, onde Portugal mais se distinguiu. Agora, receavam ser ultrapassados em número e substituídos nos cargos superiores por membros de outras nacionalidades (MANSO, 2009: 117-118). No entanto, na Província da Índia durante o século XVI e princípios do século XVII os missionários jesuítas lusos continuaram a partir em maior número: um total de 400 portugueses e 85 espanhóis.

O mesmo receio surge em relação aos missionários jesuítas de origem italiana. Se, numa primeira fase são enaltecidos pela facilidade com que aprendem as línguas e se adaptam, temem, igualmente a sua ascendência (MANSO, 2009: 119-120). Queixam-se do seu elevado número existente no Malabar e não lhes agradava que fossem nomeados para cargos”. Uma outra inquietação resultava dos métodos de adaptação usados por alguns missionários italianos, tanto no Madurei (Sul da Índia) como na China. Pois, a maioria dos missionários portugueses não aceitavam de bom grado a incorporação de

elementos locais na doutrina cristã. Temiam o que hoje Serge Gruzinski classifica de um processo de mestiçagem, no qual se admite múltiplos registos – políticos, económicos e culturais – estabelecidos durante o domínio europeu nos diferentes continentes.

Portanto, as identidades nacionais eram um modo de construir sentidos de influência e organizar tanto as ações quanto a concepção que uma pessoa – ou uma comunidade – pode ter de si mesma, da sua função (HALL, 1997: 53). Enquanto sujeitos agiam e negociavam na procura de novos lugares, situações sociais, questões de sobrevivência e superioridade da cultura ocidental (HALL, 1997: 47). Como Pierre Bourdieu escreveu se o reconhecimento da diferença existir, subsiste a possibilidade real de se afirmar a diversidade e possibilita a dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade por outra (BOURDIEU, 1998, 129). Neste sentido, também nos parece que aos jesuítas portugueses não lhes agradava perder o estatuto principal nas missões relativas à coroa portuguesa ou de forte presença lusa.

Se nos primórdios da chegada dos jesuítas ao Japão, a rivalidade não fora tão pronunciada, em parte devido ao reduzido número de padres europeus e às contrariedades políticas e económicas que estes religiosos tiveram de enfrentar, a partir da chegada de Alessandro Valignano ao Japão, no ano de 1579, e a adopção do método de expansão da evangelização, assim como a regulamentação dos investimentos jesuíticos no trato efectuado entre Macau e Japão, a situação começa gradualmente a alterar-se (ARSI Jap-Sin 11-I, Organtino, 1589: 66; MJAT, 1978-1980, vol. III, n.º 6: 44)^{vi}. Sem dúvida que a pedra angular é a entrada de franciscanos no Japão via Filipinas. Escusado será dizer, que este facto transgredia abertamente as demarcações comerciais reguladas pelo Padroado português e pelo Patronato castelhano. Os jesuítas portugueses na sua generalidade, à semelhança do que acontecia em outras partes do Oriente, sentiam-se arraigados ainda a uma concepção de Portugal independente, sentiam nesta transgressão uma violação direta aos seus nacionalismos encobertos, às bulas papais, à legislação Filipina que regulamentava a relação entre ambos os padroados, e às Consultas realizadas entre 1580 e 152 que defendiam a exclusividade da missão do Japão para os Jesuítas. A chegada de outras Ordens Religiosas ao Japão, mas também à Índia, constituía uma nova concorrência às mesmas fontes de subsistência utilizadas pelos padres da Companhia. A estes factores, não seria todavia alheia, a forma dissimulada como as Ordens Mendicantes teriam entrado no Japão, ou seja, como representantes políticos do Governador das Filipinas; o que fazia prever uma ligação directa entre estes e as pretensões comerciais de Manila.

A 4 de Janeiro de 1596, o Bispo do Japão Pedro Martins^{vii}, escreve ao Rei Filipe II uma carta onde revela o seu desgosto contra a chegada dos franciscanos via Filipinas ao

Japão (ARSI Jap-Sin 20-II, Martins, 1596: 45-46; Kōichirō, 1981: 163-167), ao qual não era alheio o apoio prestado pelos jesuítas espanhóis que se encontravam na Companhia de Jesus no Extremo-Oriente. O Bispo Pedro Martins na antecâmara do grande Martírio de 1596^{viii}, chegando ao porto de Nagasáqui em Agosto de 1596 declara a sua animosidade em relação aos franciscanos, excomungando-os em Setembro desse mesmo ano, alegando não ser contrário a que estivessem no Japão, mas tal teria de acontecer por via do Padroado Português e não através do Patronato Castelhana (COOPER, 2003: 144).

Alguns meses antes, o jesuíta português Luís Fróis, após três anos de ausência em Macau^{ix}, regressa ao Japão. Nesse período intermédio teriam chegado ao Japão oito franciscanos via Filipinas. As diferentes atitudes dos religiosos espanhóis e portugueses dentro da Companhia de Jesus para com estes religiosos, acentua rivalidades. Para resolver esta situação de embate, Fróis escreverá duas cartas uma em castelhano, endereçada ao Padre Geral da Companhia de Jesus, Cláudio Acquaviva^x, e outra em português, endereçada ao Padre Provincial da Índia em Goa, Francisco Cabral (MJAT, 1978, vol. I, nº24: 1-3). Estas missivas tinham como objectivo as intervenções das autoridades eclesiásticas de Roma e das autoridades provinciais de Goa. Em nenhuma das outras missivas está espalhado de forma tão clara e objectiva o ponto de vista português.

A primeira carta é escrita de Nagasáqui a 20 de Janeiro de 1596. Nela, Fróis discorre sobre o receio no interior da Companhia de Jesus da chegada de outras Ordens Religiosas ao Japão, assim como o temor que esta provocasse um *cisma irremediável*:

“La primera cosa es una de que los nuestros ya muchos años ha temían, que era veniren flaires Japón, los cuales después que acá han llegado si contase a vuestra paternidad mucho por extenso las desórdenes y turbationes que tienen hechas y las perplexidades en que han puesto esta nueva cristiandad de Japón (cultivada y granjeada 49 años con la vida, sudores, trabajos y peligros de los nuestros hasta agora) sin falta que vuestra paternidad no dejaría por una parte de se inchir de una grande admiración y por otra de no menos temor y recelo de en breve se haber de dilatar por los reinos de Japón una sisma irremediable (ARSI Jap-Sin 11-II, Fróis, 1596: 347f.; MJAT, 1978, vol. I, n.º 24: 4.)”.

Não se pense que esta afirmação de Fróis era algo inconsiderada, ou resultante de alguma impulsividade, devido ao panorama religioso europeu no Japão ter mudado radicalmente durante os três anos em que estivera ausente no porto de Macau. Esta linha

de pensamento está de acordo com as suas opiniões formuladas anos antes, senão vejamos:

“Cada vez vai mostrando mais a experiencia, mais claros y manifestos sinais do grandissimo inconveniente que pode seguirse a esta nova cristandade haver de entrar nela Frades, por quanto se irão combinar mal com a Companhia pelas muitas y eficazes razões que o Visitador Valignano escreveu por vezes a Vossa Paternidade sobre esta matéria (ARSI Jap-Sin 11-II, Fróis, 1592: 301; MJAT, 1978, vol. I, n.º 24: 20)”.

Após dissertar sobre as diferenças metodológicas, e sobre os prejuízos para a Cristandade praticados por um reduzido contingente de oito franciscanos, Fróis refere-se de forma explícita à animosidade existente entre portugueses e castelhanos dentro da Companhia de Jesus. Sugere, inclusive, que não fossem enviados religiosos de origem castelhana para o Japão durante alguns anos.

“La segunda cosa que me ocurre es que, supuesto haber con los Padres castelhanos, que acá hasta agora son inviados, tan raras partes de virtud y letras como tienen, en las cuales por la bondad de Dios son tan calificados que en nada son inferiores a los de otras naciones, pero conviene muy mucho al bien universal de la Compañía de estas partes sobre estarse en no seren acá inviados algunos años (ARSI Jap-Sin 11-II, Fróis, 1592:347v.; MJAT, 1978, vol. I, n.º 24: 7)”.

Seguidamente refere-se ao descontentamento sentido pelos portugueses em relação aos castelhanos dentro da Companhia de Jesus, os quais se sentiam desrespeitados e teriam pedido a Luís Fróis para expressar esse descontentamento generalizado ao padre Cláudio Acquaviva:

“Y para hablar ás intrínseca y claramente con vuestra reverencia, los mismos Padres portugueses que están en Japón reciben acerca de esto muchas desconsolaciones, y de esta vez que yo agora llegué de la China me han referido muchos de ellos varias cosas que tenían pasado y otras que tenían oído de la boca de los Padres castellanos, de los quales se mostraran los portugueses muy sentido y escandalizados, y me han rogado algunos que así lo escriviere a vuestra paternidad, y me decían que tenían por sobrolho grande y afrenta aver de ser gobernada esta Viceprovincia por castelhanos siendo ella propriamente y en su totalidad de portugueses, alegando para esto que si la universidad

de Coimbra y la de Evora y la Casa de San Roque y de San Antón y, el Collegio de Goa es gobernado ha tantos años por portugueses qué necesidad tiene Japón de ser gobernado por castellanos? (ARSI Jap-Sin 11-II, Fróis, 1592:347v.; MJAT, 1978, vol. I, n.º 24: 7)."

Um pouco mais à frente, à semelhança do que analisámos na correspondência de Valignano, Fróis esclarece-nos que a verdadeira razão para a aversão sentida pelos portugueses em relação aos castelhanos era a perda de soberania, a qual tinha acentuado os ressentimentos e rivalidades pluriseculares existentes entre estes dois povos. Recordemos que esta leitura também já tinha sido realizada por Valignano na correspondência anteriormente apresentada.

“Y aun ha más de saber vuestra paternidad que, después que el Reino de Portugal fue reducido a la corona de Castilla, tienen universalmente por este respecto los portugueses muy más viva y penetrante la pasión contra los castellanos, y como gustan tan poco de ellos, aunque nuestros Padres castellanos que vienen de Europa sean calificados en letras y eminentes en doctrina y virtud, no los gustan en la India, y así los Provinciales, para les dar razón a este asco y poca affectión que les tienen los portugueses seculares, procurar de se aliviar de ellos y los envían a Japón; por do parece que no saben los inconvenientes que de los enviar acá se siguen. Y aun de esto se quejan los portugueses seculares y lo extrañan. (ARSI Jap-Sin 11-II, Fróis, 1592:347v.; MJAT, 1978, vol. I, n.º 24: 8)."

Outro dos aspectos que também nos prendeu a atenção, é a cumplicidade existente entre os italianos e portugueses. Fróis afirma-nos no decorrer desta carta que os padres italianos Gnechi Organtino (GONOI, 2002: 344-357)^{xi} e Francesco Pasio (GONOI, 2002: 344-357)^{xii} eram grandes opositores à entrada de franciscanos no Japão. A relação amistosa entre portugueses e italianos também é referida por contraste com a castelhana:

“y por lo que vemos y todos pregonan, que en especial los italianos nemine discrepante se combinan muy mucho con los portugueses e adinuiceri se tratan con mucho amor y caridad [...] en ninguno de ellos se ha nunca visto, ni de palabra ni por señas, pretensión alguna de superioridad ni inclinación o deseo de gobierno. (ARSI Jap-Sin 12-II, Fróis, 1596: 347f.; MJAT, 1978, vol. I, n.º 24: 8)."

Evidentemente, o trecho acima transcrito, além de evidenciar a relação cordial entre italianos e portugueses, também nos revela um sentimento de inferioridade sentida pelos portugueses em relação aos castelhanos, ou evidenciada pelos castelhanos em relação aos portugueses. De qualquer forma, Luís Fróis não esconde o clima de grande tensão externa e interna na Companhia de Jesus, e identifica-nos dois grupos distintos: um primeiro composto por portugueses e italianos e um segundo por castelhanos.

Na segunda missiva de Luís Fróis sobre o mesmo assunto, desta vez endereçada ao Provincial da Índia Francisco Cabral, datada de 31 de Janeiro de 1596, o religioso volta a elogiar os italianos^{xiii} que, a par com outras nações, *se dão muito bem com os portugueses e os amam e metem na alma* (ARSI Jap-Sin 12-II, Fróis, 1596: 355-356.; MJAT, 1978, vol. I, n.º 24: 16). Todavia esta carta contrasta claramente com a primeira. Endereçada para Francisco Cabral, português de origem, nela Fróis inúmera com detalhe os diversos episódios de choque entre portugueses e castelhanos. Nas suas palavras podemos encontrar o sentimento de subalternidade a que os portugueses se sentiam votados. Contudo, não podemos deixar de assinalar também algumas imprecisões do autor, como por exemplo a referência ao rumor de que os religiosos castelhanos dentro da Companhia de Jesus teriam induzido, através das suas cartas, os franciscanos a virem para o Japão (ARSI Jap-Sin 12-II, Fróis, 1596: 355-356; MJAT, 1978, vol. I, n.º 24: 13). O próprio Valignano, napolitano, e não poucas vezes crítico em relação aos castelhanos, numa anterior missiva de 15 de Novembro de 1593, escrita pelo punho do próprio Fróis, assegura Cláudio Acquaviva que essa acusação era algo *totalmente falso y fuera de razón alma* (ARSI Jap-Sin 12-I, Valignano, 1593: 126f; MJAT, 1978, vol. I, n.º 24: 21).

Outra das questões que Fróis põe em evidência, de uma forma mais detalhada, é o facto dos principais lugares de decisão serem ocupados por castelhanos, o que agravava os ressentimentos existentes entre os religiosos de diferentes nacionalidades (ARSI Jap-Sin 12-II, Fróis, 1596: 355-356; MJAT, 1978, vol. I, n.º 24: 14). Neste ponto podemos ainda trazer à colação o facto de Alessandro Valignano não ser pró-castelhano, como demonstrou em algumas missivas. Todavia, a sua opinião pessoal nunca interveio na escolha de pessoas para os lugares de chefia dentro da Companhia de Jesus. Neste aspecto, Valignano procurou sempre ser justo, colocando as personalidades cujas capacidades se adequavam mais aos cargos por desempenhar, visando sempre o melhor para a Ordem Religiosa que professava. Se, por vezes, tal situação aconteceu foi em benefício dos portugueses e não dos castelhanos. Possivelmente, Valignano estaria assaz consciente da importância que o comércio, realizado pelos portugueses de Macau, tinha

para a sobrevivência, manutenção e expansão da sua empresa evangelizadora no Japão. Para ilustrar a argumentação apresentada apresentamos o episódio em que Valignano desobedeceu à directriz do Padre Geral Cláudio Acquaviva e não quis que Francisco Pasio substituísse o espanhol Pedro Gómez^{xiv} no cargo de Vice-Provincial, por achar que esta situação provocaria diversos conflitos entre os portugueses, ao constatarem que dois italianos ocupavam os lugares cimeiros da Companhia de Jesus no Extremo-Oriente (MJAT, 1978, vol. I, n.º 24: 18). O próprio padre Pedro Gómez, segundo Fróis, não era visto como castelhano pelos portugueses mas sim como português e mantinha uma excelente relação com os religiosos lusos (ARSI Jap-Sin 12-II, Fróis, 1596: 347v; MJAT, 1978, vol. I, n.º 24: 6)^{xv}.

As advertências de Fróis, em ambas as missivas, relativamente aos problemas que os religiosos das Filipinas poderiam trazer para a Missão japonesa não tardariam a realizar-se. Aliás, como o próprio assinalaria *para se proceder bem com os japoneses e se tirar fruto da sua cultura são absolutamente necessárias duas coisas: uma a experiencia na lengua e outra a inteligência exacta para saber os seus costumes e modo de procedes, e ambas carecem, além de que são desprezadas, dizendo que não são necesarios tantos meios humanos para a conversão senão fazer milagros, vossa paternidade considere o que se poderá* (ARSI Jap-Sin 12-II, Fróis, 1596: 347; MJAT, 1978, vol. I, n.º 24: 5).

A ocorrência do martírio de religiosos, causado pelo incidente San Filipe, ocorrido no ano de 1596, com graves prejuízos para o Cristianismo no Japão; e o comportamento quiçá irreflectido, quiçá inexperiente, dos religiosos dos *Luções*^{xvi} (Filipinas) marcam um dos períodos mais difíceis e conturbados para a Companhia de Jesus no Japão.

Ainda no rescaldo deste incidente, já Luís Fróis com a sua pena o descreveria detalhadamente na sua *Relación da la gloriosa muerte de seis Religiosos de la Orden de San Francisco...* Surpreendentemente, a sua mestria como grande Historiador volta a fazer-se notar quando, esquecendo as suas opiniões pessoais patentes nas cartas já analisadas, com máxima imparcialidade descreve o martírio. A sua ausência de ressentimentos para com os religiosos recém-falecidos e o elogio fúnebre que lhes faz, acenderiam a raiva da intempestiva personalidade de Alessandro Valignano, menos complacente para com a visão conciliadora do jesuíta Luís Fróis. O Visitador italiano condenaria ao fogo o relato do martírio (MJAT, 1978, vol. I, nº24: 19), assim como anos antes condenaria a *Historia do Iapam* a ser consumida pelo pó do esquecimento. Não obstante, ambas as obras todas as contingências e limitações culturais, sociais e políticas da época em que viveu, por vezes teve rasgos de génio, emancipando-se em relação aos seus contemporâneos jesuítas.

Após este desastre, a ousadia de um franciscano de nome Jerónimo de Jesus que, em 2 de Julho de 1598 (GONOI, 2002: 344-357), se ousa chegar ao Japão via Filipinas, acirrará ainda mais as animosidades e rivalidades entre os jesuítas portugueses e castelhanos dentro da Companhia de Jesus. Se os jesuítas castelhanos pretendiam encontrar uma via tolerante, aceitando os religiosos de Manila, a opção dos jesuítas portugueses era bem mais radical em relação aos *Mendicantes*, pretendendo a sua expulsão. Desta forma, os lusos acusavam estes religiosos de serem os principais culpados da onda de perseguições gerada após a sua chegada, devido à desobediência do édito anti-cristão emitido por Hideyoshi.

Esta situação geraria diversos protestos externos da Companhia de Jesus a Roma e na corte de Filipe II. A polémica é explicada detalhadamente pelo Visitador Alessandro Valignano numa carta endereçada ao Geral Açuaviva em Outubro de 1598. Nela são apontadas como principais causas, o facto de alguns jesuítas castelhanos defenderem os franciscanos vindos das Filipinas e discordarem dos jesuítas portugueses relativamente ao modo de tratamento prestado aos mesmos, situação essa que teria originado o trágico martírio de 1597, e prejudicado a expansão do catolicismo no Japão. Segundo Valignano, o martírio de 1597, originaria diversas suspeitas de Manila em relação aos jesuítas portugueses, os quais eram acusados de terem colaborado com as autoridades japonesas, fazendo uso da sua influência para que o conteúdo do galeão San Filipe fosse confiscado por Hideyoshi e 26 pessoas fossem condenadas à morte, 23 dos quais pertencentes à Ordem de São Francisco^{xvii}.

Também segundo Valignano, além do favorecimento dos frades, os jesuítas portugueses acusavam os jesuítas castelhanos de servirem os interesses de Manila e de pretenderem a abertura do comércio por esta via, para grande prejuízo de toda a Companhia de Jesus sediada no Japão. Outro dos argumentos apresentados por Valignano, à semelhança do que escrevera Fróis, era o facto jesuítas portugueses se sentirem oprimidos e com menos poder de decisão, já que grande parte dos lugares mais importantes teriam sido atribuídos a jesuítas castelhanos:

“Una delle prime cose, che procurai giogendo quivi fu informarme delle cause, per le quali havia cominciato a entrare alcuna mala sadisfattione, e disunione de animo tra le portughesi, e castigliani, e vedere quanto avanti era passato il negocio per remediarlo, communicando sempre tutto con il S. Vescovo D. Ludovico. Enquanto alle cause d'onde commincio questa mala sattisfattione intendei, che universalmente se potevano ridurre a due la prima fue causata d'alcune imprudencie, che alcuni di

questi padri castigliani fessero dicendo alcune parole poco considerate così intorno alla venuta delli frati di Maniglia, e modo di trattar con loro; como ancho circa l'autorizare el loro martirio piu di quello che dovevano, con le quali, et ancora per essere le cose di Magnilia tanto prejudiciali a questa Christianità & alli portughesi furono tenuti per sospetti; como huomini [castelhanos] que favorivano li frati, e le cose di Magnilia, e che se aprisse la porta al comercio per questa parte. La seconda fu il vederse li padre portughesi in certo modo oppressi, e tener meno autorità di quelli, non quentamente stando il governo parte nelle manni delli padre castigliani (ARSI Jap-Sin 13-II-A, Valignano, 1598: 219) ”.

Curiosamente, o sucessor do Bispo Pedro Martins, o Bispo do Japão Luís de Cerqueira^{xviii}, numa carta enviada ao Padre Geral Cláudio Açuaviva, revela uma posição bastante mais tolerante do que os seus conterrâneos lusos, favorecendo os castelhanos em detrimento dos portugueses, afirmando que estes últimos se excederam nas informações enviadas para Roma. O Bispo é da opinião que não se deveria excluir os jesuítas de origem castelhana da Missão do Japão, como defendiam muitos padres portugueses; dever-se-ia, no entanto, enviar os padres castelhanos com alguma moderação. À semelhança de Valignano, o Bispo Luís de Cerqueira defendia que o principal motivo de discórdia devia-se ao facto dos principais lugares poderem ser ocupados por jesuítas castelhanos, o que se justificava plenamente, porque os portugueses enviados para o Extremo-Oriente eram, predominantemente, gente sem grande instrução, e os mais capazes ficarem retidos em Goa (ARSI Jap-Sin 13-II-A, Cerqueira, 1598: 204-204v).^{xix}

Anos mais tarde, o jesuíta Manuel Dias, da forma mordaz a que já nos habituou, tecendo o seu rol de intrigas, refere-se aos acontecimentos de 1598 e ao mal-estar dentro da Companhia de Jesus, não apenas entre os jesuítas portugueses e castelhanos, mas também em relação aos italianos Goa (ARSI Jap-Sin 13-II-A, Dias, 1615: 249v).^{xx}

Outras das pedras angulares que parece ter contribuído para a inimizade entre portugueses e castelhanos, parece ter sido o facto de alguns jesuítas castelhanos terem para o Japão desígnios completamente contrários ao projecto do italiano Valignano. Pedro de la Cruz é o exemplo mais categórico que podemos citar. Na carta que endereça a 25 de Fevereiro de 1599 de Nagasáqui, dirigida ao Padre Geral Cláudio Açuaviva, discorre absurdamente sobre a necessidade da conquista militar do Japão por parte dos castelhanos, indicando a forma como este projecto engenhoso seria realizado. Sabemos que esta carta, não constitui apenas um delírio infundado, a extensão da mesma, os detalhes apresentados, e os meios concretos convocados, nos levam a afirmar que esta

teria sido redigida com alguma reflexão, não sendo fruto de um ataque espontâneo de loucura ou desespero, mas sim de uma mentalidade arraigada em nacionalismos exacerbados e a uma forma mais ortodoxa de evangelização, previamente utilizada pelos castelhanos e também pelos portugueses em alguns espaços ultramarinos (ARSI Jap-Sin 13-II, Cruz, 1599: 269-277; Kōichirō, 1981: 199-253). Esta mentalidade espelhada em Pedro de la Cruz corresponderia à de outro jesuíta de origem portuguesa, Gaspar Coelho, o qual uma década antes defendera a mesma abordagem, ou à do aragonês Pedro Ramón que, pela mesma altura, afirmaria *por lo que más que ninguna cosa es necesario tener este pie, el cual no puede ser outro que, por via del rey Filipe, tomar aquí una fortaleza en Japón, que será muy fácil cosa, o en Nagasaki, lugar donde viene la nave, o en outro lugar ultramarinos*(ARSI Jap-Sin 10-II, Ramon, 1587: 282-285; MJAT, 1978-1980, vol. II, n.º 14: 14).

Contudo, já nos finais do século XVII, esta opção militar opunha-se claramente às directrizes de Valignano, o qual defendia um projecto de evangelização pacífico e sem recorrer à invasão militar. Os jesuítas portugueses e italianos eram declaradamente contra a ideia de Pedro de la Cruz e de outros colegas castelhanos, considerando esta opção uma forma do Patronato espanhol se estabelecer no Japão, quebrando o que até aí fora uma área de influência exclusiva dos jesuítas através do Padroado português do Oriente. Outro motivo particularmente relevante, era o facto de isso significar a entrada definitiva das outras Ordens Religiosas e a quebra das políticas evangelizadoras e económicas praticadas até aí, em sistema de exclusividade, pela Companhia de Jesus no Japão. Dessa forma, o impedimento da entrada das Ordens mendicantes no Japão era uma questão de sobrevivência não só espiritual mas também económica, o que se poderia comprovar com a desastrosa vinda dos franciscanos ao Japão, os quais, a coberto de objectivos meramente diplomáticos, tinham tentado implantar-se definitivamente, causando diversos problemas ao sistema até aí monopolizado pelos Jesuítas, e iniciando uma nova onda de perseguições.

Outro dos aspectos que nos parece importante salientar é o facto de, possivelmente, os jesuítas italianos e portugueses, profundamente conhecedores da sociedade japonesa e da sua política militar, colocarem sérias dúvidas a esta ideia de conquista militar. Questionar-se-iam acerca da plausível concretização, não só pelo sistema de defesa japonês, a tecnologia bélica, como pelo número de soldados que poderiam ser convocados para uma situação de confronto militar. Esta diferença de abordagens entre jesuítas portugueses, italianos e castelhanos também agravaria as tensões existentes entre nacionalidades. No entanto, este assunto parece-nos um pouco

mais complexo, já que nos é difícil destrinçar se os jesuítas portugueses e italianos seriam contra uma invasão militar por esta, caso acontecesse, ser desencadeada a partir das Filipinas e não de Macau, o que constituiria um ataque aos seus interesses; ou se seriam verdadeiramente contra uma abordagem militar, independentemente dos locais geográficos e respectivas esferas de influência a partir dos quais fossem despoletadas.

Como podemos verificar através de alguma correspondência, esta animosidade era alimentada pelos próprios jesuítas castelhanos, os quais apesar dos danos provocados pelas Ordens Mendicantes no Japão, continuavam a mostrar uma atitude cordial para com os franciscanos vindos das Filipinas pertencente à Espanha. Na carta escrita por Valignano ao Padre Assistente da Companhia de Jesus João Alvarez em 18 de Janeiro de 1605, este critica os jesuítas de origem castelhana pela relação de afabilidade mantida com os franciscanos. (ARSI Jap-Sin 14-II, Valignano, 1605: 183-184v.; ARSI Jap-Sin 13-II, Cruz, 1599: 269-277; Kōichirō, 1981: 214-220). Para corroborarmos que esta situação não é apenas especulação por parte de Valignano, basta lermos a missiva do castelhano Antonio Francisco de Critana (ARSI Jap-Sin 35, Critana, 1605: 145-146; Kōichirō, 1981: 221-224) dirigida ao Padre Geral Cláudio Acquaviva, o qual defende abertamente a estada dos franciscanos no Japão, apesar das directrizes em contrário emitidas quer pelo Visitador do Japão, quer pelo Bispo Luís de Cerqueira. Por conseguinte, a conclusão que daqui podemos retirar é que, conforme seria de esperar, as relações de fidelidade estabelecidas entre os jesuítas e as suas nações de origem, eram mais importantes do que a Ordem Religiosa a que estavam associados ou o voto de fidelidade que tinham estabelecido com a mesma. Estes, à excepção dos italianos, sentindo-se ameaçados, tendiam a organizar-se em torno dos grupos nacionais a que pertenciam e não em torno da Ordem Religiosa que professavam. A península itálica encontrava-se, à data, fragmentada em diversos estados, alguns dos quais sob domínio castelhano, pelo que não existiria aquilo a que podemos designar unidade nacional. Existiria contudo, entre os jesuítas italianos, uma longa experiência de coexistência, assente no próprio modelo político adoptado pelas diferentes cidades-estado italianas. Por conseguinte, os jesuítas italianos organizados em torno dos interesses da Companhia de Jesus, com interesses incompatíveis à entrada de novas Ordens Religiosas no Japão via Filipinas, adoptaram uma atitude mais próxima da defendida pelos companheiros portugueses. Por esse motivo, conseguimos localizar dentro do núcleo europeu da Companhia de Jesus destacado no Extremo Oriente (indicar a posição geográfica) dois grupos de interesses, o primeiro, constituído por portugueses e italianos, o segundo, protagonizado por castelhanos.

BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ-TALADRIZ, J.L. (1978-1980), *Miscelânea Japónica*, 大阪外国語大学 (Osaka University of Foreign Studies): Osaka. (MJAT)
- Archivum Romanum Societatis Iesu, Japonica-Sinica (ARSI Jap-Sin) 12-II, Carta de Alessandro Valignano para Cláudio Acquaviva, de Goa, datada a 18 de Novembro de 1595, fls. 309-310.
- Archivum Romanum Societatis Iesu, Japonica-Sinica (ARSI Jap-Sin) 12-II, Carta do padre Alessandro Valignano para Cláudio Acquaviva, de Goa, datada a 19 de Novembro de 1595, fls. 311-313v.
- Archivum Romanum Societatis Iesu, Japonica-Sinica (ARSI Jap-Sin) 12-I, Carta do padre Alessandro Valignano para Cláudio Acquaviva, de Macau, datada a 15 de Novembro de 1593, fls. 126-128v.
- Archivum Romanum Societatis Iesu, Japonica-Sinica (ARSI Jap-Sin) 11-I, Carta do padre Organtino para o Padre Geral Cláudio Acquaviva, de Nagasáqui, a 10 de Março de 1589, fl. 66.
- Archivum Romanum Societatis Iesu, Japonica-Sinica (ARSI Jap-Sin) 22-II, Carta do Bispo do Japão Pedro Martins dirigida ao Rei de Espanha e Portugal Felipe II, de Macau, datada a 4 de Janeiro de 1596, fls. 45-46.
- Archivum Romanum Societatis Iesu, Japonica-Sinica (ARSI Jap-Sin) 12-II, Carta do padre Luís Fróis endereçada ao Padre Geral Cláudio Acquaviva, de Nagasáqui a 20 de Janeiro de 1596, fl. 347f.
- Archivum Romanum Societatis Iesu, Japonica-Sinica (ARSI Jap-Sin) 11-II, Carta do padre Luís Fróis endereçada ao Padre Geral Cláudio Acquaviva, de Nagasáqui a 18 de Agosto de 1592, fl. 301.
- Archivum Romanum Societatis Iesu, Japonica-Sinica (ARSI Jap-Sin) 12-II, Carta do padre Luís Fróis para o Provincial da Índia padre Francisco Cabral, de Nagasáqui a 31 de Janeiro de 1596, fls. 355-356.
- Archivum Romanum Societatis Iesu, Japonica-Sinica (ARSI Jap-Sin) 12-II, Carta do padre Luís Fróis endereçada ao Padre Geral Cláudio Acquaviva, de Nagasáqui a 20 de Janeiro de 1596, fl. 347v.

- Archivum Romanum Societatis Iesu, Japonica-Sinica (ARSI Jap-Sin) 12-I, Carta de Alessandro Valigano ao Padre Peral Cláudio Acquaviva, de Macau a 15 de Novembro de 1593, fl. 126f.
- Archivum Romanum Societatis Iesu, Japonica-Sinica (ARSI Jap-Sin) 13-II-A. Carta de Alessandro Valignano ao Padre Geral Cláudio Acquaviva, Outubro de 1598, fl. 219f.
- Archivum Romanum Societatis Iesu, Japonica-Sinica (ARSI Jap-Sin) 13-II-A. Carta do Bispo Luís de Cerqueira ao Padre Geral Cláudio Acquaviva de 25 de Outubro de 1598, fls. 204f-204v.
- Archivum Romanum Societatis Iesu, Japonica-Sinica (ARSI Jap-Sin) 13-II-A. Carta de Manuel Dias de Macau a 5 de Dezembro de 1615, fl. 249v.
- Archivum Romanum Societatis Iesu, Japonica-Sinica (ARSI Jap-Sin) 13-II, Carta do padre Pedro de la Cruz para Cláudio Acquaviva, de Nagasáqui, datada a 25 de Fevereiro de 1599, fls. 269-277.
- Archivum Romanum Societatis Iesu, Japonica-Sinica (ARSI Jap-Sin) 10-II, Carta do padre Pedro Ramon ao Padre Geral Cláudio Acquaviva, de Yqizzuqi, 15 de Outubro de 1587, fls. 282f-285v.
- Archivum Romanum Societatis Iesu, Japonica-Sinica (ARSI Jap-Sin) 14-II, Carta do padre Alessandro Valignano para Padre Assistente da Companhia de Jesus João Álvarez, de Macau, a 18 de Janeiro de 1605, fls. 183-184v.
- Archivum Romanum Societatis Iesu, Japonica-Sinica (ARSI Jap-Sin) 35, Carta do padre Antonio Francisco de Critana, para Cláudio Acquaviva, de Nagasáqui, datada a 14 de Março de 1605, fls. 145-146.
- BOURDIEU, Pierre (1998), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- COOPER, M. (2003), *Rodrigues, O Interpretete*, (trad. Tadeu Soares). Lisboa: Quetzal Editores.
- GONOI, Takashi (2002), *Nihon Kirishitanshi no Kenkyū*. Tokyo:Yoshikawa Kobunkan.
- HALL, Stuart (1997), *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Iezusu-kai to Nihon* [『イエズス会と日本』], Takase KŌICHIRO [高瀬弘一郎] tra. & ed., Tōkyō, Iwanami Shoten [岩波書店], 1981 (Daikōkaijidai Sōsho

[大航海時代叢書], Segundo Período, Vol. 6, carta 16, pp. 199-253).

Iezusu-kai to Nihon [『イエズス会と日本』], Takase KÔICHIRO [高瀬弘一郎] tra. & ed., Tōkyō, Iwanami Shoten [岩波書店], 1981 (Daikōkaijidai Sōsho [大航海時代叢書], Segundo Período, Vol. 6, carta 21, pp. 214-220).

Iezusu-kai to Nihon [『イエズス会と日本』], Takase KÔICHIRO [高瀬弘一郎] tra. & ed., Tōkyō, Iwanami Shoten [岩波書店], 1981 (Daikōkaijidai Sōsho [大航海時代叢書], Segundo Período, Vol. 6, carta 22, pp. 221-224).

KÔICHIRO, Takase (高瀬弘一郎) tra. & ed) (1981), *Iezusu-kai to Nihon* (イエズス会と日本). Tōkyō: Iwanami Shoten (岩波書店), (Daikōkaijidai Sōsho [大航海時代叢書], Segundo Período, Vol. 6, carta 11, pp. 132-141).

KÔICHIRO, Takase (高瀬弘一郎) tra. & ed) (1981), *Iezusu-kai to Nihon* (イエズス会と日本). Tōkyō: Iwanami Shoten (岩波書店), (Daikōkaijidai Sōsho [大航海時代叢書], Segundo Período, Vol. 6, carta 12, pp. 142-162).

KÔICHIRO, Takase (高瀬弘一郎) tra. & ed) (1981), *Iezusu-kai to Nihon* (イエズス会と日本). Tōkyō: Iwanami Shoten (岩波書店), (Daikōkaijidai Sōsho [大航海時代叢書], Segundo Período, Vol. 6, carta 9, pp. 99-120).

KÔICHIRO, Takase (高瀬弘一郎) tra. & ed) (1981), *Iezusu-kai to Nihon* (イエズス会と日本). Tōkyō: Iwanami Shoten (岩波書店), (Daikōkaijidai Sōsho [大航海時代叢書], Segundo Período, Vol. 6, carta 13, pp.163-167).

MANSO, Maria de Deus (2009), *A Companhia de Jesus na Índia (1542-1622). Atividades Religiosas, Poderes e Contactos Culturais*. Macau: Universidade de Macau, Évora: Universidade de Évora.

REGO, António da Silva (1958), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*. Lisboa, vol. XII.

-
- ⁱ Este trabalho conta com o apoio da FCT.
- ⁱⁱ Na Província da Índia, no Malabar a maior conflitualidade residiu entre jesuítas e os franciscanos. Quer na disputa pelas cristandades quer pela relação com as populações locais.
- ⁱⁱⁱ Esta situação era uma constante nos espaços ultramarinos onde a Companhia de Jesus se estabeleceu.
- ^{iv} Francisco Cabral nasceria por volta de 1533 na Ilha de São Miguel, Açores, no seio de uma família nobre abastada. Seria Superior da Missão do Japão de 1570 a 1581. Com a chegada de Alessandro Valignano ao Japão surgem diversos problemas entre ambas as figuras. Alessandro Valignano propunha uma estratégia de evangelização mais ambiciosa, e um projecto de acomodação dos valores europeus aos valores japoneses, que Francisco Cabral condenava. Em 1581, Francisco Cabral regressa a Macau acabando por abandonar o Extremo-Oriente e centrando o seu trabalho evangelizador na então denominada Índia portuguesa.
- ^v Recorde-se disputa em torno da entrega da Igreja em Cochim. Tanto os portugueses como os italianos a desejavam.
- ^{vi} Numa carta de 1589 do padre Organtino para o Padre Geral da Companhia de Jesus no Japão, esta tensão é expressada de uma forma muito clara como poderemos confirmar no trecho que se segue:
Por quanto en esta provincia se congregan los nuestros de diversas naciones es dificultoso mantenerlos unidos por ser diversas la naturaleza y costumbres que uno tiene de las cosas de los otros.
 Carta do padre Organtino para o Padre Geral Cláudio Acquaviva, de Nagasáqui, a 10 de Março de 1589, fl.66.
- ^{vii} Bispo de Funai, Don Pedro Martins ocuparia este cargo de 1592 a 1598, ano de sua morte. Apesar de ser Bispo de Funai desde 1592, apenas visitaria o Japão em 1596.
- ^{viii} Em resultado do conflito entre as autoridades japonesas e os comerciantes e religiosos europeus, procedido do confisco da carga do galeão San Filipe.
- ^{ix} Desde 24 de Outubro de 1592 este em Macau, chegando a terras japonesas em Julho de 1595.
- ^x Padre Geral da Companhia de Jesus de 1581-1615.
- ^{xi} Soldo Organtino nasceu em 1532 em Casto de Valsabbia, Itália. Gnechi-Soldo Organtino chegaria ao Japão a 18 de Junho de 1570, falecendo na cidade de Nagasáqui no mês de Abril de 1609. Esta personalidade desempenharia um papel de destaque na Missão do Japão, apesar de algumas desavenças que travaria com o Superior do Japão, Francisco Cabral.
- ^{xii} Francesco Pasio nasceria em 1554 em Bolonha, Itália. Pasio chegaria ao Japão a 27 de Julho de 1583, falecendo na cidade de Macau a 30 de Agosto de 1616. Seia Visitador da Companhia de Jesus da China e do Japão de 1611 a 1612.
- ^{xiii} Em ambas as missivas a par com os italianos elogia também os flamengos e os franceses. Na segunda missiva refere também os missionários alemães.
- ^{xiv} Pedro Gómez nasceu em 1535 em Antequera, Espanha. Chegaria ao Japão no ano de 1583. Seria Vice-Provincial da Missão da Companhia de Jesus no Japão de 1590 a 1600.
- ^{xv} *Y esto que dizen (por lo que consta de todos) no es porque lo entiendan por el Padre Pedro Gómez el qual aunque sea castellano de nación, como se aya criado desde niño en Portugal es tan portugués como cada hum de los otros y de los mismos es en grande manera amado y querido de todos y por sus grandes virtudes y bondad lo acetarian toda la vida.*

Carta do padre Luís Fróis endereçada ao Padre Geral Cláudio Acquaviva, de Nagasáqui a 20 de Janeiro de 1596, fl. 347v.

^{xvi} Designação dada às Ilhas Filipinas.

^{xvii} **Jesuítas:**

San Pablo Miki, sacerdote professo

San Juan de Goto, catequista

San Diego Kisai, catequista

Frades Franciscanos

San Pedro Bautista Blázquez, superior da Missão (1542-1597)

San Felipe de Jesús ou de las Casas (1571-1597)

San Francisco Blanco (1567-1597)

San Francisco de La Parrilla ou de San Miguel (1543-1597)

San Gonzalo García (1562-1597)

San Martín Aguirre de la Ascensión (1567-1597)

Franciscanos seculares

San Antonio de Nagasaqui

San Buenaventura de Miyako

San Cosme Takeya

San Francisco Fahelante de Miyako

San Francisco Médico de Miyako

San Gabriel de Ize

San Joaquín Sakakibara de Osaka

San Juan Kinuya de Miyako

San León Kasasumara

San Luis Ibaraki

San Matías de Miyako

San Miguel Kozaki, padre de Santo Tomás Kozaki

San Pablo Ibaraki, tío de San Luis Ibaraki

San Pablo Suzuki

San Pedro Sukejiro de Miyako

Santo Tomás Idauki de Miyako ou de Ize

Santo Tomás Kozaki

^{xviii} Bispo de Funai de 1598 a 1614. Esta personalidade visitaria o Japão em 5 de Agosto de 1598.

^{xix} *“Passando polla India e estando na China pollo que nestas partes vi e ouvi contar que da India e Japão me escreverão e ainda de Portugal fiquei entendendo alguã insatisfação que os Padres Portugueses tinham dos Padres Castelhanos desta vice provincia de Japão. Porem assim polla noticia que eu por outras boas vias tenho como polla que agora mais de perto vejo o que deste negoço abraço he que posto que na verdade os padres Portuguezes tiverão alguãs ocasiões de resentimento, e amaritudines i insatisfações, todavia se excedeo alguã cousa nas informações que se deram dos padres castelhanos e o que indigno entendo he que por alguã via convem, não digo eu tratar, mas nem ainda cuidar em escrever os padres castelhanos desta missão de Jappão. [...] he como tenho dito que sera de grande prejuizo esta exclusão, e de muita ajuda, mandaremse a esta missão tambem padres espanhoes avendo porem nisso a devida moderação, e eleição como Vossa Paternidade faz, porque*

huã das causas donde estes annos passados nasceo a insatisfação que os padres Portuguezes tinhão foi veremse como acanhados, por os Castelhanos serem os que de ordinario governavão e na verdade mal podia ser outra cousa por la penuria de subditos portuguezes pessoas de letras e autoridade que se enviavão a Jappão de que medida foy a causa não nos quererem largar da Índia”

Carta do Bispo Luís de Cerqueira ao Padre Geral Cláudio Aqcuavica de 25 de Outubro de 1598, fls. 204f-204v.

^{xx} “A 2ª cousa em que se fundou esse conceito foi, que, como agora me disserão, elle (Francisco Pasio), e outros padres tinhão, farião serviço a Deus, e bem à Companhia se fizessem esta Provincia toda hua e para isso encalhassem todos os Portuguezes, que lhe podião ser antepostos e ocupar os lugares. e para esse fim negociarão com o Padre Valignano agora ha 18 annos, me diexasse aqui por Senhor deste Collegio a primeira vez que fui, e quando acabei no de 1601 me fizesse aqui procurador de Japão como fez, não sem escandalo dos da casa e dos de fora (posto que não entenderão esta traça) como alguns me disserão e escreverão a China dentro, onde a eleição me tomou. E quando me viesse então soceder no Collegio o Padre Valentim de Carvalho que ia estava em Japão; e quando acabou, que não tornasse lá, mas ficasse aqui, como ia o mandavão ficar, se naquella coiunção não chegare ordem de N. P. o chamassem para Nangazaqui. 1 Tem que nã fosse a Japão o Padre António Roiz (como nunca foi) e esteve aqui sempre. Ao[sic] que por isso particularmente forão de parecer se fizesse aqui este Collegio[Macau] para enterterem nelle os padres Portuguezes de conta, com achaque de governar nelle, pregar, ler, etc. por serem naturaes, e assi ou não fossem a Japão, ou fossem ia em idade que não podessem tomar da lingoa e costumes quanto lhe era necessario para governar os de casa e tratar os tonos e senhores de fora, e so alcançassem da terra o que não servia senão para andar pelas aldeas confessando lavradores, pescadores e gente semelhante. Alem disso que deixando la o Padre Valignano quando se veo no ano de 1603 ordem fosse o Padre Matteus de Couros Senhor de Meaco, o padre o não executara. E mandandose depois outro, o pozesse por Superior de Arima, tardara sem o por por sinco annos inteiros[...].”

Carta de Manuel Dias de Macau a 5 de Dezembro de 1615, fl. 249v.

Título: Tópicos Transatlânticos: Emergência da Lusofonia num Mundo Plural

Prefácio: José Alberto Gomes Machado

Editores: Silvério da Rocha-Cunha; Noémi Marujo; Cláudia Teixeira; Marco Martins;
Paulo Rodrigues; Maria do Rosário Borges

Autores: Vários

Edição: Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais

Concepção gráfica: João Morgado

Capa: Pedro Lopes

Impressão: Reprografia da Universidade de Évora

Tiragem: 100 exemplares

Março 2012

Depósito Legal n.º 341263/12

ISBN 978-989-8550-04-0

TÓPICOS TRANSATLÂNTICOS

Emergência da Lusofonia num Mundo Plural

EDITORES

Silvério da Rocha-Cunha
Noémi Marujo
Cláudia Teixeira
Marco Martins
Paulo Rodrigues
Maria do Rosário Borges